



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



REQUERIMENTO Nº 026/2025

Data – 24 de setembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA
PROTOCOLO Nº 33640

EM 25/09/2025 às 10:38

Andrie
SERVIDOR

O vereador que o presente subscreve, usando de suas atribuições legais e na forma regimental,

REQUER, após ouvido o plenário e aprovado, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor **Gileade Gabriel Osti – Chefe do Poder Executivo Municipal**, solicitando, no prazo de 15 dias, de acordo com o artigo 29, § 1º da Lei Orgânica Municipal, as seguintes informações:

1. Entre os pacientes diagnosticados com Neoplasia Maligna no município, quantos são contribuintes diretos do IPTU;
2. O valor total do IPTU pago por esses contribuintes, somando todos os lançamentos.

Observação: Ressalta-se que não se solicita a identificação nominal dos pacientes, mas apenas os dados numéricos resultantes do cruzamento de informações entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Setor de Tributação.

Câmara Municipal de Guaíra.
Guaíra (PR), em 24 de setembro de 2025.

Gilmar Soares da Fonseca
Gilmar Soares da Fonseca
Vereador Autor

Justificativa:

Considerando a resposta anterior da Secretaria Municipal de Saúde (Despacho nº 013/2025), a qual informou que não dispõe de competência para esclarecer sobre a condição de contribuintes do IPTU dos pacientes diagnosticados com Neoplasia Maligna, torna-se necessário que o Chefe do Poder Executivo Municipal determine a integração entre a Secretaria de Saúde e o Setor de Tributação para viabilizar a obtenção das informações.

O presente requerimento visa, portanto, obter de forma numérica e respeitando o sigilo médico, a quantidade de pacientes diagnosticados com Neoplasia Maligna que são contribuintes diretos do IPTU, bem como o valor total do imposto pago por esse grupo.

Tais informações são fundamentais para subsidiar a análise de eventuais medidas de apoio social e fiscal, permitindo que a administração pública e a Câmara Municipal avaliem políticas que amparem cidadãos em situação de vulnerabilidade.